

*CURSO ON-LINE
AO VIVO*

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA



MINISTRANTE

Carlos Villela

Curso ao Vivo e 100% on-line, na Plataforma Moodle do IEM

Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na Administração Pública Direta e Indireta

Data: 01, 02 e 03 de dezembro de 2021.

Horário: 1º Dia: das 14h às 17h; 2º Dia: das 9h às 12h e das 14h às 17h;
3º Dia: das 9h às 12h.

Inscrições: Em www.iem.inf.br, até o dia 24 de novembro.

Valor especial do 1º lote, para inscrições realizadas até o dia 22 de setembro.
Vagas Limitadas!

Atenção!

A Lei Geral de Proteção de Dados, passou a ter obrigatoriedade de implementação em 18 de setembro de 2020, inclusive para entes públicos. A proteção de dados sensíveis, como nomes e documentos pessoais de servidores municipais e da população em geral, passam por uma série de obrigatoriedades, que ensejam responsabilidades à Administração e aos Agentes Públicos.

Objetivos: Capacitar os Municípios na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais com foco na elaboração do plano de ação, diagnóstico e cronograma de implantação.

Público-alvo: Gestores municipais, controladores internos, procuradores, técnicos de Tecnologia da Informação, assessores de imprensa e demais envolvidos na proteção de dados da prefeitura e/ou autarquias.

Carga horária: 13 horas-aula, compostas por videoconferências ao vivo.

Certificado: Para todos que assistirem as aulas AO VIVO, nos dias e horários indicados na circular, e assinarem a lista de presença.

DADOS DO CURSO

Investimento:

Quantidade de Participantes por Inscrição	Pagamento até o dia 22/09	2º lote
1 participante	R\$ 630,00	R\$ 670,00
2 participantes	R\$ 610,00 por pessoa	R\$ 650,00 por pessoa
3 participantes	R\$ 590,00 por pessoa	R\$ 630,00 por pessoa
4 ou mais	R\$ 570,00 por pessoa	R\$ 610,00 por pessoa

Importante: A inscrição será confirmada após o pagamento.

Ministrante:

Carlos Villela: Advogado e Administrador. MBA em Gestão de Tecnologia (FGV) e Especialista em Direito Público (UFRGS). Professor titular (graduação e pós-graduação) em Direito, Contábeis e Administração. Assessor e Instrutor em Escolas de referências em Gestão Pública (Direito Municipal); profissional com 15 anos de experiência em Empresas Públicas e Privadas no segmento de tecnologia da informação como Embratel, Telesp, Sispro, entre outras. Foi instrutor para temas jurídicos, gestão e fiscais da ESAF Receita Federal – Escola Superior de Administração Pública Federal e Fazendária (administração direta e indireta).

Requisitos:

Antes do início da videoconferência, os requisitos abaixo listados devem ser avaliados para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso. Recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

- Boa conexão de internet, preferencialmente via cabo, com velocidade mínima de 10mbps.
- Webcam e microfone.
- Sistema de sonorização com qualidade (preferencialmente fones de ouvido).
- Navegador: Google Chrome, Mozilla Firefox ou Microsoft Edge.

Importante: A qualidade da transmissão de vídeo e áudio, dependerá das especificações mínimas recomendadas acima.

Como funcionam nossos cursos on-line ao vivo?

O aluno deverá estar presente nos encontros agendados para as aulas ao vivo.

A obtenção do certificado dependerá da frequência do aluno nas aulas ao vivo e da assinatura de termo.

Assim que o aluno tiver acesso à plataforma, poderá fazer download do e-book do curso e demais materiais que estiverem disponíveis. Os materiais em PDF ficarão disponíveis por 30 dias, contados da data do início do curso, para a visualização na plataforma Moodle do IEM.

As aulas serão ministradas nos dias e horários agendados na circular do curso, através de videoconferência, 100% ao vivo, em plataforma de transmissão online, com interação pelo fórum de discussão do curso.

Todos os conteúdos em PDF podem ser baixados durante o período do curso, incluindo apostila, preparada com muito zelo por nossos profissionais.

Na próxima página você encontrará a pauta do conteúdo!

Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na Administração Pública Direta e Indireta

Pauta do Curso:

1. LGPD: A LEI SOBRE A PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS
2. O DESAFIO DE PROTEGER DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO
3. DIVERSIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO
4. CONTRATAÇÕES DO PODER PÚBLICO: A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTOS DE DADOS PESSOAIS
5. A LAI x LGPD
6. PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL
7. A LGPD x CDC
8. TIPOS DE DADOS PESSOAIS x BASES PARA TRATAMENTO
9. ANONIMIZAÇÃO e PSEUDOMIZAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS
10. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADES
11. A ANPD x APLICAÇÃO DE SANÇÕES
12. GOVERNANÇA DE DADOS PESSOAIS: MELHORES PRÁTICAS
13. ASPECTOS PRÁTICOS:
 - Desenvolvendo uma “cultura de proteção de dados” na Administração Pública Municipal, através da apresentação do plano estratégico, digitalização de serviços públicos e LGPD (geral, por secretarias, órgãos, administração indireta e prestadores de serviços/execução indireta) e da sensibilização dos gestores e líderes de implementação;
 - Implementando o “mapeamento dos dados pessoais” (data mapping) - através da utilização de técnicas consultivas, metodologia própria, em conjunto com os líderes de implementação, gestores e servidores responsáveis;
 - Avaliação dos fluxos dos processos: Diagnóstico e validação dos fluxos dos processos envolvendo dados pessoais, conforme análise dos relatórios dos mapeamentos realizados;
 - Avaliação Tecnológica: Levantamento Técnicos e Relatório de Avaliação Tecnológica;
 - Elaboração de Relatórios: Apresentar à alta gestão o resultado das avaliações técnicas e jurídicas, especialmente vulnerabilidades, mapa de riscos em grau de prioridades conforme maior exposição e insegurança;
 - Implementação: Políticas de Privacidade e Cookies, Código de Ética e Condutas, adequação de contratos e aditivos, Gestão de consentimentos, normas de segurança da informação, Relatório de Impacto à Proteção de Dados e avaliação dos serviços aos cidadãos;
 - A LGPD na visão dos Tribunais.